

RELATÓRIO ANUAL 2022



Consórcio do SICOOB

FAÇA SEU SONHO ACONTECER COM TRANQUILIDADE E SEGURANÇA.



INVISTA UM POUCO POR MÊS E CONQUISTE O QUE PLANEJOU.

- PARCELAS ACESSÍVEIS E SEM JUROS.
- TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO COMPETITIVAS.
- MENOR CUSTO FINAL. COMPARE E DECIDA.

Faça uma simulação pelo App Sicoob ou procure seu ponto de atendimento.
Acesse sicoobconsorcios.com.br e saiba mais.



SUMÁRIO

5	PALAVRAS DO PRESIDENTE	6	POLÍTICA DA QUALIDADE
7	PONTOS DE ATENDIMENTO	8	DIRETORIA E CONSELHOS
9	PLANO DE ATIVIDADES	10	METAS 2023
11	PRESTAÇÃO DE CONTAS	16	CISNE DE OURO
17	BALANÇO PATRIMONIAL	19	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
22	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE/ DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
27	NOTAS EXPLICATIVAS	57	PARECER DO CONSELHO FISCAL
58	RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	61	AÇÕES SUSTENTÁVEIS



EDITORIAL

**PALAVRA DO
PRESIDENTE**

Em 2022, a Sicoob Secoviced continuou em ritmo de franco crescimento, contribuindo, determinantemente, para a prosperidade de nossos cooperados e se constituindo em engrenagem importante do sistema Sicoob, propulsor de um formidável movimento socioeconômico cuja premissa é facilitar o acesso de todo brasileiro a uma instituição financeira.

Finalizamos 2022 com números animadores: 19.745 cooperados, patrimônio líquido de R\$ 266.140.943,00, operações de crédito que totalizaram R\$ 934.936.615,18 e R\$ 1.260.638.444,08 em ativos totais. Findamos 2022 com R\$ 69.633.873,00 de sobras.

Dando sequência ao compromisso de atender eficientemente o cooperado e apoiar de forma séria e constante o setor produtivo, no campo e na cidade, em 2022 desenvolvemos várias ações representativas dos princípios cooperativistas, nos aproximando ainda mais do cotidiano de luta e conquistas de nossos cooperados. Exemplos não faltam: realização de encontros técnicos rurais; presença em exposições agropecuárias, levando apoio, consultoria e informações

estratégicas aos nossos cooperados; ações de educação financeira; apoio a eventos educativos, empresariais, socioambientais, esportivos e culturais. Em 2022 tivemos mais um ótimo motivo para comemorar: entregamos aos nossos cooperados, no mês de agosto, a nova estrutura da Unidade Parque SGPA, com 240 m² de área construída, garantindo mais conforto, segurança, produtividade à equipe de colaboradores e, conseqüentemente, ampliando a capacidade e a qualidade de atendimento aos nossos cooperados.

Em 2023 fica a certeza que enfrentaremos e venceremos os desafios e obstáculos, ampliaremos ininterruptamente a nossa presença nas comunidades onde a Sicoob Secoviced está presente, sempre revigorando o nosso compromisso cooperativista com o avanço socioeconômico e responsabilidade ambiental, ofertando a nossa contribuição para a conquista de um presente e um futuro melhor para todos.

Que Deus nos abençoe e nos dê sabedoria para, em 2023, continuarmos trilhando o caminho do sucesso e da prosperidade.

Marcelo Baiocchi Carneiro
Presidente

POLÍTICA DA QUALIDADE

OFERECER SERVIÇOS DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA, DE ACORDO COM OS REQUISITOS DO SICOOB CENTRAL E BANCOOB, BUSCANDO A MELHORIA CONTÍNUA DOS PROCESSOS E ATUANDO COM:

Segurança dos serviços

Excelência nos serviços

Capacitação das pessoas

Otimização de processos

Valorização da equipe

Inovação nos serviços

Cliente satisfeito

Resultados crescentes

Expansão do negócio

Direcionamento estratégico

PROPÓSITO

- Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

VISÃO DO SICOOB SECOVICRED

- Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social dos cooperados e comunidade.

MISSÃO DO SICOOB SECOVICRED

- Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio da cooperação.

VALORES

- Respeito e valorização das pessoas;
- Excelência e eficiência;
- Cooperativismo e sustentabilidade;
- Ética e integridade;
- Liderança inspiradora;
- Inovação e simplicidade;
- Solidez e segurança.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA LTDA

UAD

Av. T-7, Quadra R34, Número 371,
Lotes 01/02/03/07, Salas 2501 a 2513
Setor Oeste, GOIÂNIA-GO
CEP: 74.140-110
TELEFONE: (62) 3416 0000

SEDE

Av. D, nº 314, Quadra E 10 Lt. 51,
Setor Oeste, GOIÂNIA-GO
CEP: 74.140-160
TELEFONE: (62) 3416 0000

PA BUENA VISTA

Av. T-4 S/N Quadra 124 Lote 7/15
Loja 239, Setor Bueno, GOIÂNIA-GO
CEP: 74.230-030
TELEFONE: (62) 3416 0000

PA SECOVI

Av. Fued José Sebba com Rua 32 Qd. A22 Lote
22/24 Setor Jardim Goiás, GOIÂNIA-GO
CEP: 74.805-100
TELEFONE: (62) 3416 0000

PA BURITIS

AV DONA MARIA CARDOSO, S/N, QUADRA099
LOTE 02/12 LOJA 04, VILA SAO TOMAZ
CEP: 74.915-520
TELEFONE: (62) 3416 0000

PA NOVA SUIÇA

PRACA WILSON SALLES, Q. 586, L. 3/4, S/N, - SALA 2
BAIRRO NOVA SUICA, GOIANIA GO
CEP: 74280370
TELEFONE: (62) 3416-0000

PA VARJÃO

PC MOISES FRANCO N 39 QUADRA01
LOTE 03 - CENTRO
VARJÃO-GO
CEP: 75.355-000
TELEFONE: (62) 3416-0000

PA BELA VISTA

R CORONEL JOAO CAMILO 678
SALA 01 - SETOR CENTRAL
BELA VISTA DE GOIAS-GO
CEP: 75.240-000
TELEFONE: (62) 3416-0000

PA SMP4

AV ERICO JOSUE MEIRELES 735
QUADRA33 LOTE 02 - CENTRO
SAO MIGUEL DO PASSA QUATRO-GO
CEP: 75.185-000
TELEFONE: (62) 3416-0000

PA CRISTIANOPOLIS

RUA BARÃO DO RIO BRANCO N 225/239
CENTRO CRISTIANOPOLIS-GO
CEP: 75.230-000
TELEFONE: (64) 3416-0000

PA EDUCAÇÃO

AV ANHANGUERA C/QUINTA AVENIDA
N 0 QUADRA 01 LOTE 1/2/3/29
SETOR LESTE VILA NOVA, GOIÂNIA-GO
CEP: 74.643-010
TELEFONE: (62) 3416-0000

PA PARQUE SGPA

RUA 250 N 221 - LOT. NOVA VILA
GOIÂNIA-GO
CEP: 74.653-200
TELEFONE: (62) 3416-0000.

PA VIANÓPOLIS

R EUGENIO JARDIM 670 SALA 01 SETOR
CENTRAL VIANOPOLIS-GO
CEP: 75.265-000
TELEFONE: (62) 3416-0000

PA FECOMERCIO

AV. 136 nº 1084 QUADRA F47 LOTE 3-5-7
SALA 01 SETOR MARISTA, GOIÂNIA-GO
CEP: 74.180-040
TELEFONE: (62) 3416-0000

DIRETORIA E CONSELHOS

Diretoria Executiva

Antônio Gomes da Silva Filho
Diretor Superintendente
Hélio Silveira do Nascimento Junior
Diretor de Riscos
Jefferson Alves Costa
Diretor Operacional

Conselho de Administração

Marcelo Baiocchi Carneiro
Presidente
Ioav Blanche
Vice-Presidente

Conselheiros

Edmar Ferreira Perilo
Felipe Pinho da Costa
Flávio Roberto de Castro
Ivan Hermano Filho
Márdel Paranhos Carvalho
Murillo Cortizo Vidal
Renato Costa Esperidião Junior

Conselho Fiscal - Efetivos

Paulo Oliveira Lima (Coordenador)
João Cláudio de Araújo
Paulo Roberto de Souza

Conselho Fiscal - Suplentes

Ibraim de Almeida Coelho
Jorge Nazaré Barbosa
Rodrigo Paullus Barreto Machado

Superintendente Comercial

Silvio Romero Alves Ferreira Adorno

PLANO DE ATIVIDADE DA COOPERATIVA PARA O EXERCÍCIO DE 2023



METAS 2023

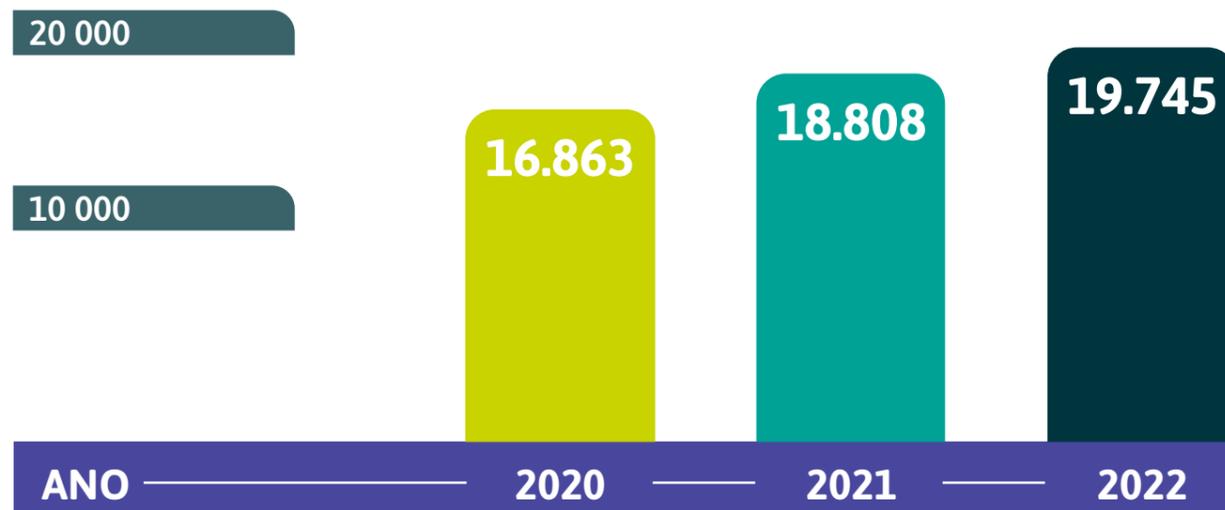
Ativos Totais	R\$ 1.403.917.100
Carteira de Crédito menos Provisão	R\$ 1.023.076.886
Operações de Crédito	R\$ 1.099.292.617
Depósitos Totais	R\$ 916.263.146
Rendas de Produtos e Serviços	R\$ 35.332.224
Sobras	R\$ 64.189.745
Pontos de Atendimento (em unidade)	15
Associados (em números)	24.000
Índice de Eficiência Padrão - IEP	45%
IAP PF	2,90
IAP PJ	2,50
IPROV	6,82%
IHH	7,10%
Índice de Alavancagem	4,95

PRESTAÇÃO DE CONTAS



1 - EVOLUÇÃO DO QUADRO SOCIAL

COOPERADOS

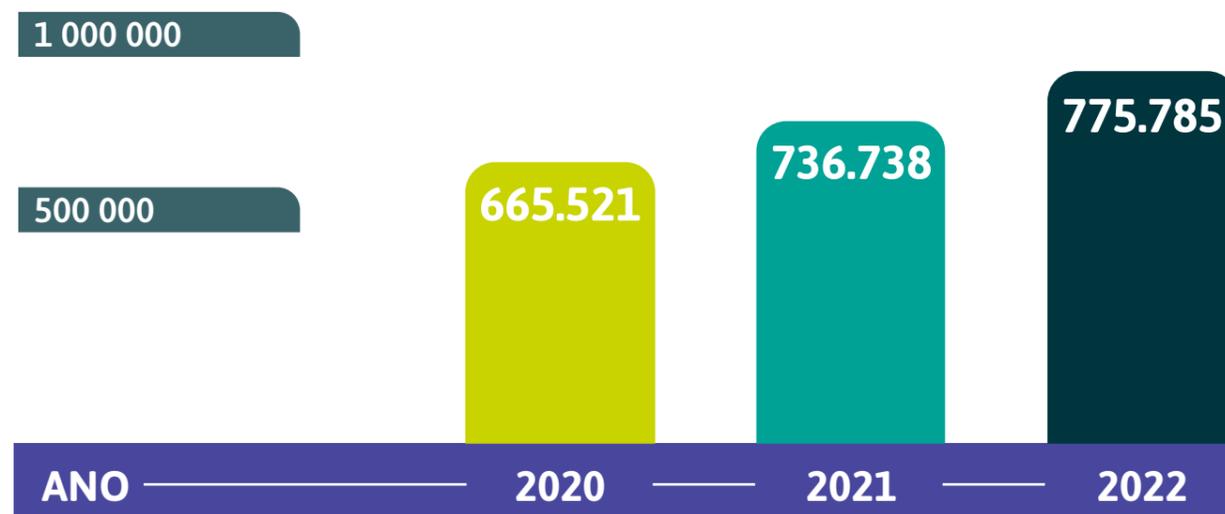


A Sicoob Secoviced atingiu o número de **19.745** associados

um crescimento de **4,98%** quando comparado ao ano de 2021.

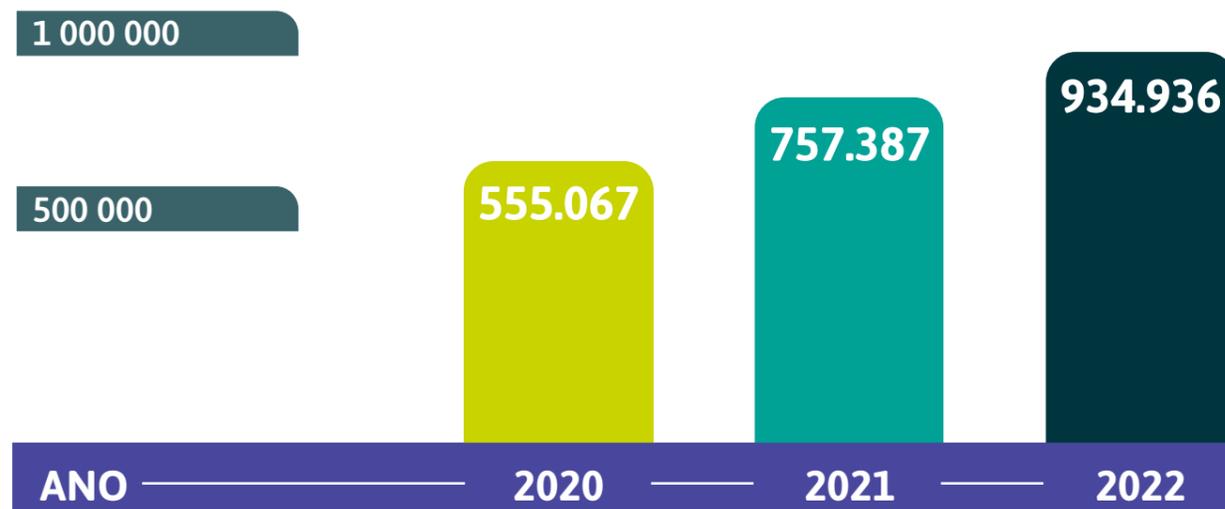
2 - CAPTAÇÃO DE RECURSOS

TOTAL DE DEPÓSITOS



Os recursos captados na forma de depósitos à vista e a prazo apresentaram em 2022, evolução de **5,30%** em relação ao ano de 2021.

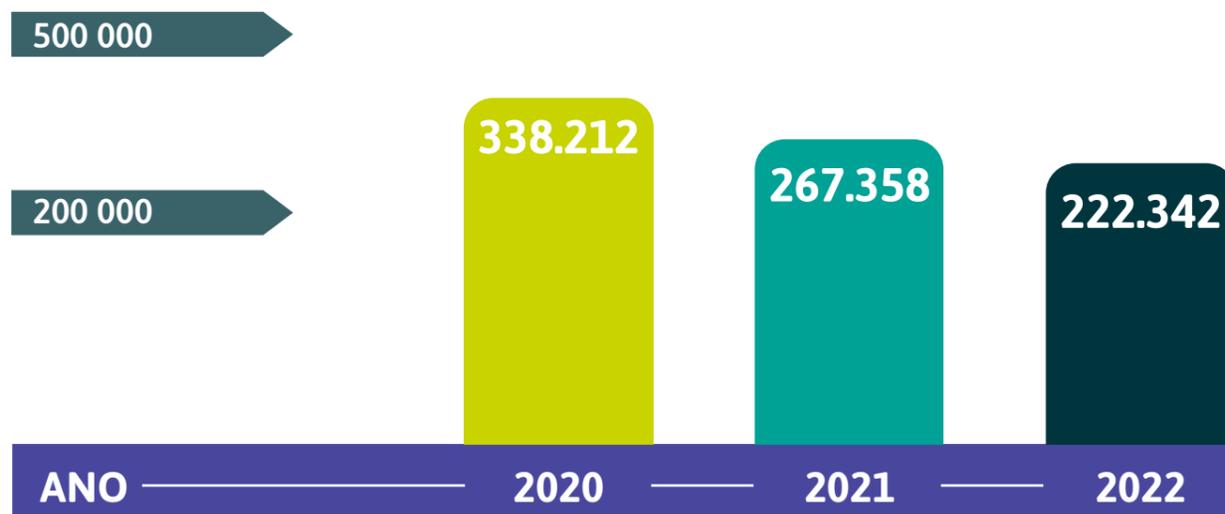
3 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO



Exercício de 2022 encerrado com saldo de operações em crescimento. Comparado ao ano de 2021 crescemos **23,40%** resultado das boas práticas financeiras e dentro dos limites autorizados pelas normas legais.

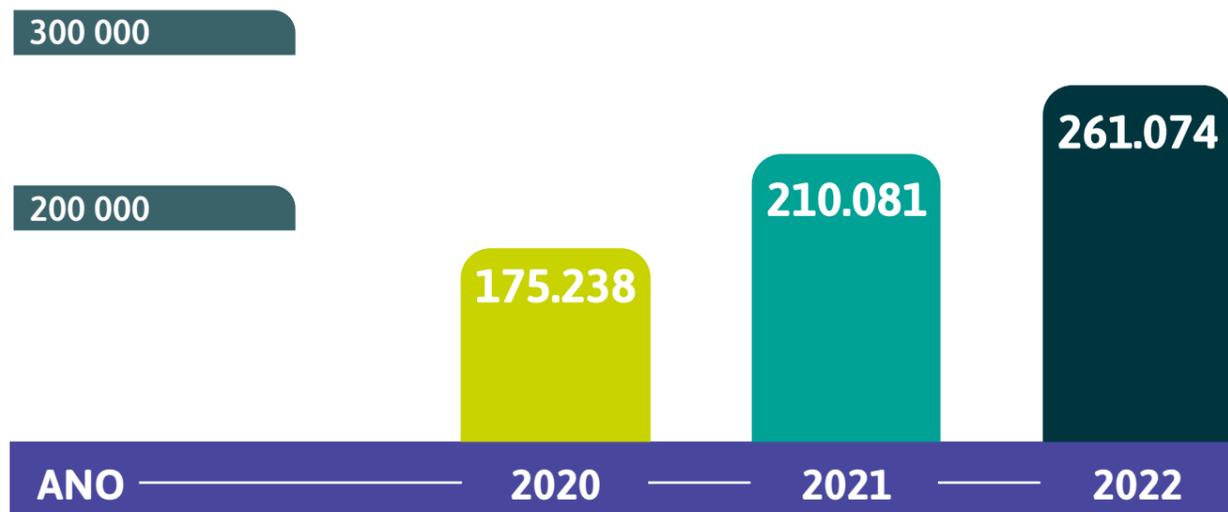
4 - CAPTAÇÃO DE RECURSOS

CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA



Houve uma redução de **-16,84%** na aplicação de recursos junto ao Sicoob Nova Central justificável pelo crescente aumento de empréstimos.

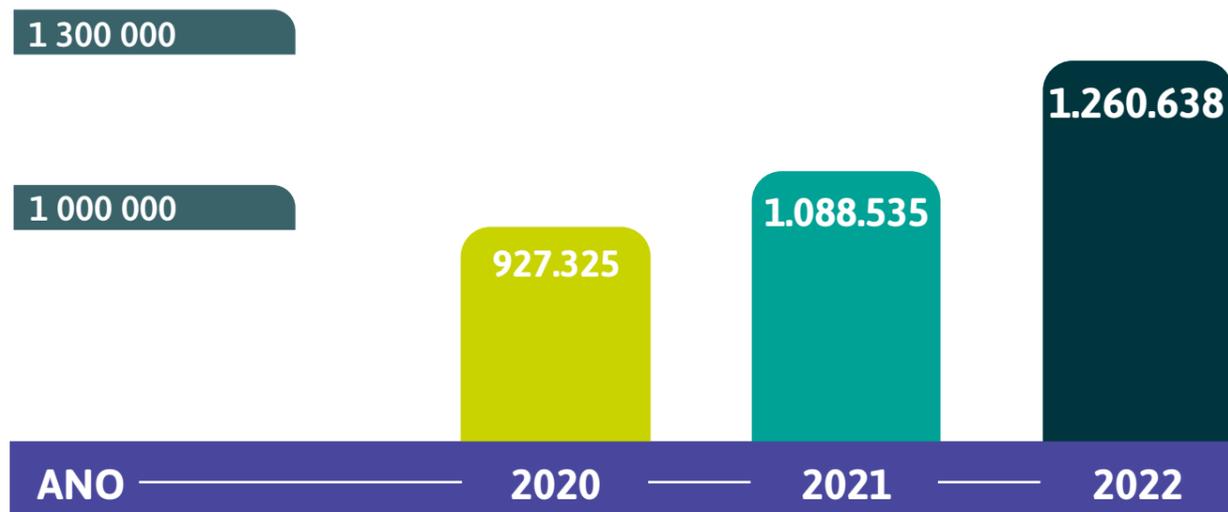
5 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO



O patrimônio líquido é um indicador de solidez. Em 2022 alcançamos **261** milhões, crescimento de **24,27%** quando comparado ao ano de 2021.

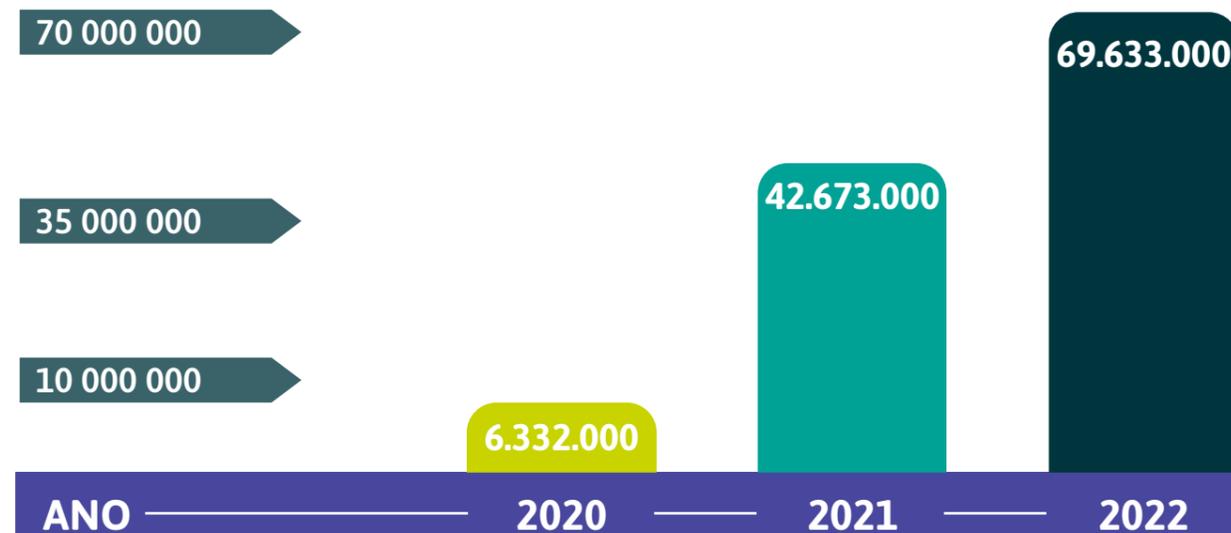
COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 261.073.868,67
CAPITAL SOCIAL	R\$ 193.827.106,50	74,24%
FUNDO DE RESERVA	R\$ 52.862.538,02	20,25%
SOBRAS 2022	R\$ 9.546.345,57 R	3,66%
PERDAS INCORPORADA-CREDI-SGPA	R\$ -4.708.466,99	-1,80%

6 - ATIVOS TOTAIS



Em 2022 registramos o crescimento de **15,81%** em ativos totais.

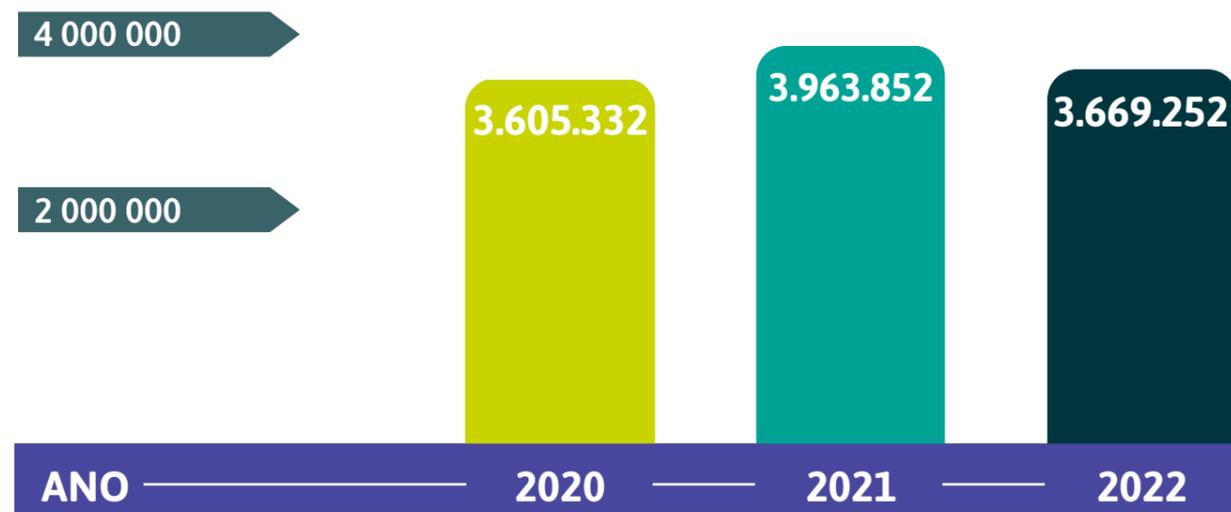
7 - SOBRAS ANTES DA REMUNERAÇÃO DO CAPITAL



As sobras totalizaram **R\$ 69.633.873**

um crescimento de **63,71%** quando comparado ao ano de 2021.

8 - BOLETOS DE COBRANÇA



Em 2022 registramos redução no número de boletos liquidados de **-7,43%** quando comparado ao ano de 2021, justificado pela crescente demanda do PIX e Fintechs.

TRICAMPEÃ NO CISNE DE OURO

Confirmando a importância alcançada no cenário cooperativista brasileiro, em 2022, a Sicoob Secoviced conquistou, pela terceira vez, o Cisne de Ouro, mais importante prêmio nacional do cooperativismo de crédito, na categoria Volume Nominal – Receita Líquida.

Na edição 2018 do Cisne de Ouro, a cooperativa foi premiada pela primeira vez, na categoria Liquidação de Boletos e repetiu a dose em 2020, conquistando o troféu na categoria Produto Cobrança Valor Nominal.

O Cisne de Ouro tem por objetivo valorizar o cooperativismo, reconhecer o impacto positivo e a capacidade de gerar valor, mudanças, prosperidade e consciência financeira no País. “É um extraordinário reconhecimento ao nosso trabalho, à força de nossa cooperativa e à capacidade de nossos cooperados e colaboradores”, comemora o presidente da Sicoob Secoviced, Marcelo Baiocchi Carneiro.



2022



2018



2020

BALANÇO PATRIMONIAL 2022

EM REAIS

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		1.260.638.444,08	1.088.535.062,78
DISPONIBILIDADES	4	4.364.218,47	8.246.344,38
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.283.902.786,73	1.063.409.936,99
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	52.756.112,37	34.626.683,70
Títulos e Valores Mobiliários	5	52.825.921,15	-
Relações Interfinanceiras	4	222.342.408,32	267.358.871,45
Centralização Financeira		222.342.408,32	267.358.871,45
Operações de Crédito	6.a	934.936.615,18	747.805.663,80
Outros Ativos Financeiros	7	21.041.729,71	13.618.718,04
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(65.487.481,64)	(57.522.677,11)
(-) Operações de Crédito	6.b	(60.700.861,47)	(55.495.211,96)
(-) Outras	7.1.a	(4.786.620,17)	(2.027.465,15)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	8	3.812.936,53	1.887.496,27
OUTROS ATIVOS	9	20.416.449,04	30.837.953,59
INVESTIMENTOS	10	39.360,00	34.437.978,93
IMOBILIZADO DE USO	11	19.422.341,04	11.921.816,04
INTANGÍVEL	12	1.127.588,67	1.087.682,07
(-) DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	11 e 12	(6.959.754,76)	(5.771.468,38)
TOTAL DO ATIVO		1.260.638.444,08	1.088.535.062,78



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EM REAIS

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.260.638.444,08	1.088.535.062,78
DEPÓSITOS	13	775.785.229,05	736.738.959,67
Depósitos à Vista		286.503.472,10	303.468.629,75
Depósitos a Prazo		489.281.756,95	433.270.329,92
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		194.102.347,28	125.449.094,89
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	52.931.192,70	22.707.183,19
Relações Interfinanceiras		134.415.870,61	98.417.782,92
Repasses Interfinanceiros	15.a	134.415.870,61	98.417.782,92
Obrigações por Empréstimos e Repasses		-	72.019,43
Outros Passivos Financeiros	16	6.755.283,97	4.252.109,35
PROVISÕES	17	4.242.578,88	2.139.857,10
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	18	2.362.653,50	1.195.474,33
OUTROS PASSIVOS	19	23.071.766,70	12.930.214,48
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	261.073.868,67	210.081.462,31
CAPITAL SOCIAL	20.a	193.827.106,50	171.881.328,96
RESERVAS DE SOBRAS	20.b	62.408.883,59	36.061.452,64
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	20.d	4.837.878,58	2.138.680,71
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.260.638.444,08	1.088.535.062,78

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	35.619.502,24	69.633.872,85	42.673.281,05
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	(3.766.957,07)	(3.766.957,07)	(1.218.494,45)
Distribuição de Sobras e Dividendos	-	(1.651.640,58)	(1.635.087,04)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	22.530.042,30	34.680.671,52	19.768.224,88
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	442.769,93	1.067.186,93	174.824,29
Provisões/Reversões Não Operacionais	-	-	492.867,41
Provisões/Reversões para Contingências	773.372,88	773.372,88	(348.898,73)
Depreciações e Amortizações	717.622,26	1.252.204,24	1.185.581,86
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	56.316.352,54	101.988.710,77	61.092.299,27
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais			
Títulos e Valores Mobiliários	(3.766.957,07)	(18.412.802,22)	-
Operações de Crédito	(91.793.520,98)	(210.765.678,74)	(231.149.387,83)
Outros Ativos Financeiros	(8.309.309,76)	(10.504.151,30)	(6.729.736,06)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(1.928.108,19)	(1.925.440,26)	(522.440,24)
Outros Ativos	2.729.267,33	10.421.504,55	7.134.111,62



	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais			
Depósitos à Vista	(17.693.857,29)	(16.965.157,65)	(8.600.751,78)
Depósitos sob Aviso	-	-	(768,25)
Depósitos a Prazo	38.047.568,70	56.011.427,03	79.819.336,12
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	18.228.934,02	30.224.009,51	4.915.633,71
Relações Interfinanceiras	18.762.416,00	35.998.087,69	48.159.734,35
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(78.671,91)	(72.019,43)	23.570,35
Outros Passivos Financeiros	5.751.711,20	2.503.174,62	(3.315.782,47)
Provisões	81.631,88	262.161,97	(306.744,76)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	1.315.998,66	1.167.179,17	319.898,91
Outros Passivos	(19.360.863,28)	(11.466.691,12)	(1.827.595,17)
FATES - Atos Cooperativos	(4.773.172,79)	(4.773.172,79)	(3.532.389,29)
FATES - Atos Não Cooperativos	(3.643.253,46)	(3.643.253,46)	-
Imposto de Renda Pago	707.513,54	-	-
Contribuição Social Pago	407.592,09	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(8.998.728,77)	(39.952.111,66)	(54.521.011,52)
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos Recebidos	-	495.632,16	120.171,62
Distribuição de Sobras da Central Recebidos	-	1.156.008,42	1.514.915,42
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	25.375.200,41	3.766.957,07	1.218.494,45
Aquisição de Intangível	(20,66)	(23.051,90)	(49.831,84)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(394.797,70)	(7.581.297,56)	(580.313,27)
Aquisição de Investimentos	(14.500,00)	(14.500,00)	(7.406.021,30)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	24.965.882,05	(2.200.251,81)	(5.182.584,92)

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	7.316.411,93	12.252.394,61	12.187.129,77
Devolução de Capital à Cooperados	(7.812.324,72)	(21.087.294,05)	(17.604.229,67)
Estorno de Capital	(83,60)	(83,60)	(10,00)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago	-	(31.988,44)	(6.163,27)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	(1.322.579,53)	20.285.663,81	7.102.081,18
Aumento nas reservas por incorporações	-	(4.244.405,92)	-
Sobras/Perdas por incorporações	387.683,54	859.564,87	731.067,20
Reversão/Realização de Fundos	3.349.351,82	3.349.351,82	641.934,01
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	1.918.459,44	11.383.203,10	3.051.809,22
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17.885.612,72	(30.769.160,37)	(56.651.787,22)
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	261.577.126,44	310.231.899,53	366.883.686,75
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	279.462.739,16	279.462.739,16	310.231.899,53
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	17.885.612,72	(30.769.160,37)	(56.651.787,22)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM REAIS

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2020	169.625.406,57	(1.210.507,46)	14.036.405,69	527.956,44	(7.741.111,68)	175.238.149,56
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição de sobras para associados	1.781.458,57	0,00	0,00	(527.956,44)	(1.259.665,40)	(6.163,27)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição /Realização	12.850.672,34	(663.542,57)	0,00	0,00	0,00	12.187.129,77
Por Devolução (-)	(17.604.229,67)	0,00	0,00	0,00	0,00	(17.604.229,67)
Estorno de Capital	(10,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(10,00)
Reversão/Realização de Reservas	0,00	0,00	(2.701.678,02)	0,00	2.701.678,02	0,00
Reversão/Realização de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	641.934,01	641.934,01
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	42.673.281,05	42.673.281,05
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	(7.349.388,23)	(7.349.388,23)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	7.102.081,18	0,00	0,00	0,00	0,00	7.102.081,18
Movimentações por Incorporações	0,00	0,00	0,00	0,00	731.067,20	731.067,20
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	0,00	0,00	17.661.946,41	0,00	(17.661.946,41)	0,00
Outras Destinações das Sobras do Período	0,00	0,00	0,00	7.064.778,56	(7.064.778,56)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.532.389,29)	(3.532.389,29)
Saldos em 31/12/2021	173.755.378,99	(1.874.050,03)	28.996.674,08	7.064.778,56	2.138.680,71	210.081.462,31

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2021	173.755.378,99	(1.874.050,03)	28.996.674,08	7.064.778,56	2.138.680,71	210.081.462,31
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição de sobras para associados	10.495.096,77	0,00	0,00	(5.034.801,51)	(5.492.283,70)	(31.988,44)
Constituição de reservas por Incorporações	0,00	0,00	0,00	(2.029.977,05)	(2.214.428,87)	(4.244.405,92)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/ Realização	13.817.772,47	(1.565.377,86)	0,00	0,00	0,00	12.252.394,61
Por Devolução (-)	(21.087.294,05)	0,00	0,00	0,00	0,00	(21.087.294,05)
Estorno de Capital	(83,60)	0,00	0,00	0,00	0,00	(83,60)
Reversão/ Realização de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	3.349.351,82	3.349.351,82
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	69.633.872,85	69.633.872,85
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	20.285.663,81	0,00	0,00	0,00	(21.608.243,34)	(1.322.579,53)
Movimentações por Incorporações	0,00	0,00	0,00	0,00	859.564,87	859.564,87
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	0,00	0,00	23.865.863,94	0,00	(23.865.863,94)	0,00
Outras Destinações das Sobras do Período	0,00	0,00	0,00	9.546.345,57	(9.546.345,57)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(4.773.172,79)	(4.773.172,79)
FATES - Atos Não Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.643.253,46)	(3.643.253,46)
Saldos em 31/12/2022	197.266.534,39	(3.439.427,89)	52.862.538,02	9.546.345,57	4.837.878,58	261.073.868,67



	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2022	176.189.817,39	(2.152.378,31)	28.996.674,08	0	27.713.005,70	230.747.118,86

Movimentação de Capital:

Por Subscrição/ Realização	8.603.461,51	(1.287.049,58)	0,00	0,00	0,00	7.316.411,93
Por Devolução (-)	(7.812.324,72)	0,00	0,00	0,00	0,00	(7.812.324,72)
Estorno de Capital	(83,60)	0,00	0,00	0,00	0,00	(83,60)
Reversão/ Realização de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	3.349.351,82	3.349.351,82
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	36.824.716,62	36.824.716,62

Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:

Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	20.285.663,81	0,00	0,00	0,00	(21.608.243,34)	(1.322.579,53)
Movimentações por Incorporações	0,00	0,00	0,00	0,00	387.683,54	387.683,54

Destinações das Sobras do Período:

Fundo de Reserva	0,00	0,00	23.865.863,94	0,00	(23.865.863,94)	0,00
Outras Destinações das Sobras do Período	0,00	0,00	0,00	9.546.345,57	(9.546.345,57)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(4.773.172,79)	(4.773.172,79)
FATES - Atos Não Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.643.253,46)	(3.643.253,46)
Saldos em 31/12/2022	197.266.534,39	(3.439.427,89)	52.862.538,02	9.546.345,57	4.837.878,58	261.073.868,67

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EM REAIS

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	36.824.716,62	69.633.872,85	42.673.281,05
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	36.824.716,62	69.633.872,85	42.673.281,05

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

EM REAIS

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		108.721.754,72	192.804.960,46	107.441.692,36
Operações de Crédito	22	89.583.659,97	157.910.144,44	91.641.690,58
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.b	16.389.742,80	30.275.315,20	14.639.556,40
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.c	2.748.351,95	4.619.500,82	1.160.445,38



	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23	(61.652.694,07)	(103.404.292,89)	(44.011.963,67)
Operações de Captação no Mercado		(34.603.902,60)	(60.442.591,12)	(20.352.192,68)
Operações de Empréstimos e Repasses		(4.518.749,17)	(8.281.030,25)	(3.891.546,11)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(22.530.042,30)	(34.680.671,52)	(19.768.224,88)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		47.069.060,65	89.400.667,57	63.429.728,69
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(11.465.439,11)	(21.201.502,39)	(20.561.688,76)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24	8.754.844,99	17.332.914,63	17.792.339,09
Rendas de Tarifas	25	3.619.746,70	7.308.728,40	7.677.944,06
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26	(12.844.292,25)	(24.254.930,29)	(22.648.020,58)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27	(14.457.259,46)	(27.014.208,17)	(25.845.224,74)
Dispêndios e Despesas Tributárias	28	(497.462,18)	(990.424,91)	(1.182.814,53)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	29	7.145.276,29	11.383.305,63	7.341.388,26
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	30	(3.186.293,20)	(4.966.887,68)	(3.697.300,32)
PROVISÕES	31	(1.216.142,81)	(1.840.559,81)	174.074,44
Provisões/Reversões para Contingências		(773.372,88)	(773.372,88)	348.898,73
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(442.769,93)	(1.067.186,93)	(174.824,29)
RESULTADO OPERACIONAL		34.387.478,73	66.358.605,37	43.042.114,37
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	32	1.232.023,51	3.275.267,48	(368.833,32)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		35.619.502,24	69.633.872,85	42.673.281,05

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.205.214,38	-	-
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		761.960,20	-	-
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		443.254,18	-	-
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		36.824.716,62	69.633.872,85	42.673.281,05
JUROS AO CAPITAL	20.e	(21.608.243,34)	(21.608.243,34)	(7.349.388,23)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES	21	15.216.473,28	48.025.629,51	35.323.892,82

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIANIA LTDA., doravante denominado SICOOB SECOVICRED, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 15/09/2005, filiada à CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DE GOIAS, DISTRITO FEDERAL E TOCANTINS LTDA. – SICOOB NOVA CENTRAL e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB SECOVICRED, sediado à AVENIDA D, N° S/N, SETOR OESTE, GOIÂNIA - GO, possui 12 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: GOIANIA - GO, GOIÂNIA - GO, APARECIDA DE GOIÂNIA - GO, - GO, VARJÃO - GO, BELA VISTA DE GOIÁS - GO, SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO - GO, CRISTIANÓPOLIS - GO, VIANÓPOLIS - GO.

O SICOOB SECOVICRED tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei n° 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis n° 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo n° 5.764/1971 e pela Lei Complementar n° 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN n° 4.818/2020 e Resolução BCB n° 2/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida na 202ª Reunião da Diretoria Executiva realizada em 30/01/2023.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor a partir de durante o exercício de 2022

Resolução CMN n° 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB n° 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN n° 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

- i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;
- ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

Resolução BCB n° 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1° nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN n° 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

- i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobreposição outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações financeiras;
- ii) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;
- iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:
 - a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;
 - b) mensurar os passivos:
 - b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;
 - b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN n° 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1° de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1°/1/2025, além da sua aprovação e divulgação. O resumo do plano de implantação, conforme artigo 76 inciso II, é apresentado na nota n° 39.

Consolidação do Cosif: no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB n° 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1°/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1°/7/2022: Instrução Normativa n° 268, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; Instrução Normativa n° 268, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; Instrução Normativa n° 270, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; Instrução Normativa n° 271, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; Instrução Normativa n° 272, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; Instrução Normativa n° 273, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; Instrução Normativa n° 275, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a Instrução Normativa BCB n° 315, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à Instrução Normativa BCB n° 274 de 1/4/2022.

Lei Complementar n° 196, de 24 de agosto de 2022: a norma altera a Lei Complementar n° 130 de 17/4/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento.

Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação de normatizações internas, cujo processo de elaboração e divulgação já está em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revoga a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda.

A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor em 1º de março de 2023.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

Apesar dessa conclusão prévia, o normativo está sendo analisado pela cooperativa e, em caso de alterações nas práticas adotadas, esses impactos serão considerados até a data de sua vigência. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência começa em 1º/1/2022.

Iniciou-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas

demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

O SICOOB SECOVICRED contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização

dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representam aplicações de recursos em participações em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata die”.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

u) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço a não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável

ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

x) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para

ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

z) Instrumentos Financeiros

O SICOOB SECOVICRED opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

aa) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários (a)	4.364.218,47	8.246.344,38
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	222.342.408,32	267.358.871,45
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (c)	52.756.112,37	34.626.683,70
TOTAL	279.462.739,16	310.231.899,53

(a) Refere-se aos valores que a cooperativa mantém em sua dependência (tesouraria terminal de autoatendimento) no valor de R\$ 2.621.592,80 e em custódia na tesouraria centralizadora (numerário em trânsito e em poder da transportadora) no valor de R\$ 1.742.625,67.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB NOVA CENTRAL** como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foram respectivamente:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos da Centralização Financeira	16.389.742,80	30.275.315,20	14.639.556,40

(c) Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.748.351,95	4.619.500,82	1.160.445,38

5. Títulos e Valores Mobiliários

a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Participação Em Cooperativa Central De Crédito	34.497.038,41	0,00
Participação Em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa De Crédito	18.328.882,74	0,00
TOTAL DE PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS	52.825.921,15	0,00
TOTAL	52.825.921,15	0,00

(a) A partir de 1º/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Instrução Normativa BCB nº 268/2022. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição, conforme a Resolução CMN nº 4.817/2020.

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	340.969.038,19	380.523.973,91	721.493.012,10	268.210.484,16	293.317.798,34	561.528.282,50
Financiamentos	10.835.347,48	18.138.309,11	28.973.656,59	7.626.958,21	18.093.887,86	25.720.846,07
Financiamentos Rurais	94.398.489,52	90.071.456,97	184.469.946,49	61.149.176,05	99.407.359,18	160.556.535,23
Total de Operações de Crédito	446.202.875,19	488.733.739,99	934.936.615,18	336.986.618,42	410.819.045,38	747.805.663,80
(-) Provisões para Operações de Crédito	(25.891.342,39)	(34.809.519,08)	(60.700.861,47)	(24.967.578,52)	(30.527.633,44)	(55.495.211,96)
TOTAL	420.311.532,80	453.924.220,91	874.235.753,71	312.019.039,90	380.291.411,94	692.310.451,84

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA - Normal	73.182.035,56	616.772,94	37.453.917,47	111.252.725,97		120.659.755,13	
A 0,5% Normal	170.659.321,77	4.820.371,46	96.453.773,57	271.933.466,80	(1.359.667,33)	222.016.300,47	(1.110.081,50)
B 1% Normal	175.076.090,46	7.717.727,90	29.371.199,32	212.165.017,68	(2.121.650,18)	166.316.458,28	(1.663.164,58)
B 1% Vencidas	512.456,27	230.821,17	0,00	743.277,44	(7.432,77)	1.048.682,89	(10.486,83)
C 3% Normal	209.417.005,60	11.823.190,25	14.705.338,43	235.945.534,28	(7.078.366,03)	153.676.646,26	(4.610.299,39)
C 3% Vencidas	10.879.546,60	0,00	0,00	10.879.546,60	(326.386,40)	4.082.355,19	(122.470,66)
D 10% Normal	22.752.439,85	1.723.186,42	5.181.570,35	29.657.196,62	(2.965.719,66)	19.631.929,40	(1.963.192,94)
D 10% Vencidas	4.530.543,05	239.736,14	0,00	4.770.279,19	(477.027,92)	4.427.461,05	(442.746,11)
E 30% Normal	2.945.093,30	14.822,83	0,00	2.959.916,13	(887.974,84)	8.303.126,38	(2.490.937,91)
E 30% Vencidas	6.321.104,79	95.995,72	0,00	6.417.100,51	(1.925.130,15)	3.306.824,55	(992.047,37)
F 50% Normal	1.643.941,23	92.621,78	1.243.669,95	2.980.232,96	(1.490.116,48)	1.071.750,26	(535.875,13)
F 50% Vencidas	3.497.640,89	713.522,54	0,00	4.211.163,43	(2.105.581,72)	2.106.196,02	(1.053.098,01)
G 70% Normal	2.068.535,62	0,00	0,00	2.068.535,62	(1.447.974,93)	615.216,39	(430.651,47)
G 70% Vencidas	1.328.243,54	93.917,10	60.477,40	1.482.638,04	(1.037.849,15)	1.576.011,84	(1.103.210,37)
H 100% Normal	11.460.123,91	56.848,17	0,00	11.516.972,08	(11.516.972,08)	19.079.601,56	(19.079.601,56)
H 100% Vencidas	25.218.889,66	734.122,17	0,00	25.953.011,83	(25.953.011,83)	19.887.348,13	(19.887.348,13)
Total Normal	669.204.587,30	26.865.541,75	184.409.469,09	880.479.598,14	(28.868.444,05)	711.370.784,13	(31.883.806,56)
Total Vencidos	52.288.424,80	2.108.114,84	60.477,40	54.457.017,04	(31.832.417,42)	36.434.879,67	(23.611.405,40)
Total Geral	721.493.012,10	28.973.656,59	184.469.946,49	934.936.615,18	(60.700.861,47)	747.805.663,80	(55.495.211,96)
Provisões	(56.353.788,87)	(1.947.605,36)	(2.399.467,24)	(60.700.861,47)		(55.495.211,96)	
Total Líquido	665.139.223,23	27.026.051,23	182.070.479,25	874.235.753,71		692.310.451,84	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	193.543.585,54	147.425.452,65	380.523.973,91	721.493.012,10
Financiamentos	2.996.943,57	7.838.403,91	18.138.309,11	28.973.656,59
Financiamentos Rurais	15.136.527,16	79.261.962,36	90.071.456,97	184.469.946,49
TOTAL	211.677.056,27	234.525.818,92	488.733.739,99	934.936.615,18

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2022	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	16.052.104,61	187.679,67	0,00	16.239.784,28	1,74%
Setor Privado - Indústria	1.738.785,14	0,00	0,00	1.738.785,14	0,19%
Setor Privado - Serviços	507.214.610,84	17.718.383,36	23.647.105,28	548.580.099,48	58,68%
Pessoa Física	192.944.728,09	10.573.366,71	160.437.596,92	363.955.691,72	38,93%
Outros	3.542.783,42	494.226,85	385.244,29	4.422.254,56	0,47%
TOTAL	721.493.012,10	28.973.656,59	184.469.946,49	934.936.615,18	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(55.495.211,96)	(69.991.575,16)
Constituições/ Reversões no período	(31.923.955,82)	(18.919.059,74)
Transferência para prejuízo no período	26.718.306,31	33.415.422,94
Saldo Final	(60.700.861,47)	(55.495.211,96)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	28.758.077,06	3,03%	20.988.347,62	2,77%
10 Maiores Devedores	165.978.868,44	17,46%	116.039.297,57	15,34%
50 Maiores Devedores	391.532.331,13	41,20%	278.333.693,21	36,79%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	71.924.996,60	52.728.990,00
Valor das operações transferidas no período	26.718.306,31	33.415.422,94
Valor das operações recuperadas no período	(11.299.664,93)	(14.219.416,34)
TOTAL	87.343.637,98	71.924.996,60

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

7. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	4.953.607,34	0,00	2.541.845,57	0,00
Rendas a Receber (b)	3.918.901,94	0,00	2.996.528,71	0,00
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	1.965.230,89	9.545.617,99	1.006.305,98	6.033.370,80
Títulos e Créditos a Receber (d)	331.499,71	0,00	975.957,11	0,00
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	0,00	326.871,84	0,00	64.709,87
TOTAL	11.169.239,88	9.872.489,83	7.520.637,37	6.098.080,67

a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$ 324.308,11); Rendas de Cartões (R\$ 679.426,42); Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R\$ 2.859.264,63); e outros (R\$ 55.902,78);

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos;

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 331.499,71);

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis Folha (R\$ 71.504,25); Cofins (R\$ 255.367,59);

7.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(4.131.141,35)	0,00	(1.966.793,96)	0,00
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(114.861,74)	(540.617,08)	(10.900,38)	(49.770,81)
TOTAL	(4.246.003,09)	(540.617,08)	(1.977.694,34)	(49.770,81)

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA - Normal	0,00	4.087.324,55	4.087.324,55		0,00	
A 0,5% Normal	0,00	336.909,07	336.909,07	(1.684,55)	5.820.480,11	(29.102,40)
B 1% Normal	0,00	355.105,02	355.105,02	(3.551,05)	250.355,19	(2.503,55)
C 3% Normal	0,00	325.616,74	325.616,74	(9.768,50)	968.841,48	(29.065,24)
D 10% Normal	0,00	6.405.893,50	6.405.893,50	(640.474,72)	0,00	0,00
E 30% Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	180.167,29	(54.050,19)
E 30% Vencidas	623.698,78	0,00	623.698,78	(187.109,63)	385.583,49	(115.675,05)
F 50% Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	7.713,41	(3.856,71)
F 50% Vencidas	451.889,28	0,00	451.889,28	(225.944,64)	198.517,16	(99.258,58)
G 70% Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	66.711,68	(46.698,18)
G 70% Vencidas	533.489,88	0,00	533.489,88	(373.557,68)	186.324,59	(130.427,30)
H 100% Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	9.088,88	(9.088,88)
H 100% Vencidas	3.344.529,40	0,00	3.344.529,40	(3.344.529,40)	1.507.739,07	(1.507.739,07)

Total Normal	0,00	11.510.848,88	11.510.848,88	(655.478,82)	7.303.358,04	(174.365,15)
Total Vencidos	4.953.607,34	0,00	4.953.607,34	(4.131.141,35)	2.278.164,31	(1.853.100,00)
Total Geral	4.953.607,34	11.510.848,88	16.464.456,22	(4.786.620,17)	9.581.522,35	(2.027.465,15)
Provisões	(4.131.141,35)	(655.478,82)	(4.786.620,17)		(2.027.465,15)	
Total Líquido	822.465,99	10.855.370,06	11.677.836,05		7.554.057,20	

8. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	3.812.936,53	0,00	1.887.496,27	0,00
TOTAL	3.812.936,53	0,00	1.887.496,27	0,00

9. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	118.782,56	0,00	64.402,79	0,00
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	2.019.095,73	0,00	106.240,33	0,00
Pagamentos a Ressarcir	36,00	0,00	0,00	0,00
Devedores Diversos – País (a)	1.649.483,59	0,00	1.671.192,59	0,00
Material em Estoque	12.526,00	0,00	11.392,00	0,00
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	2.574.359,54	19.802.229,33	41.718.014,09	0,00
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec. (c)	(17.655,00)	(6.288.558,82)	(12.855.708,37)	0,00
Despesas Antecipadas (d)	546.186,11	0,00	122.420,16	0,00
TOTAL	6.902.778,53	13.513.670,51	30.837.953,59	0,00

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar – Banco Sicoob (R\$ 273.190,38); e outros (R\$ 1.376.293,21);

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em “Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos”.

(d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

10. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Participação em Cooperativa Central De Crédito	0,00	29.574.072,92
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	0,00	4.839.046,01
Outros Investimentos	39.360,00	24.860,00
TOTAL	39.360,00	34.437.978,93

a) Em atendimento a Resolução CMN nº 4.817/2020 e Instrução Normativa BCB nº 268/2022, as Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo MEP, foram reclassificadas do grupo de Investimentos para o grupo de Títulos e Valores Mobiliários em 1º/7/2022.

11. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2022	31/12/2021
Edificações	4%	3.964.545,48	3.964.545,48
Instalações	10%	9.019.210,66	2.024.297,26
Móveis e equipamentos de Uso	10%	3.448.255,12	3.281.030,17
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.226.729,67	2.084.741,20
Sistema de Segurança	10%	241.995,75	202.818,07
Sistema de Transporte	20%	419.270,00	316.400,00
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		102.334,36	47.983,86
Total de Imobilizado de Uso		19.422.341,04	11.921.816,04
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(897.732,25)	(739.150,33)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(1.232.977,24)	(843.163,20)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(3.774.323,34)	(3.244.911,78)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(115.801,48)	(111.820,90)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(3.008,88)	(2.057,52)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(6.023.843,19)	(4.941.103,73)
TOTAL		13.398.497,85	6.980.712,31

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

12. Intangível

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o intangível estava assim composto:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sistemas De Processamento De Dados	564.729,74	528.687,82
Sistemas De Comunicação E De Segurança	154.891,19	151.408,65
Licenças E Direitos Autorais E De Uso	407.967,74	407.585,60
Intangível	1.127.588,67	1.087.682,07
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(935.911,57)	(830.364,65)
Total de Amortização de ativos Intangíveis	(935.911,57)	(830.364,65)
TOTAL	191.677,10	257.317,42

13. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista	286.503.472,10	0,00	303.468.629,75	0,00
Depósito a Prazo	489.281.756,95	0,00	433.270.329,92	0,00
TOTAL	775.785.229,05	0,00	1.887.496,27	0,00

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da

demonstração financeira, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	22.882.179,39	2,78%	14.666.339,33	1,94%
10 Maiores Depositantes	118.945.625,29	14,46%	92.626.225,21	12,25%
50 Maiores Depositantes	260.197.033,24	31,63%	218.787.999,46	28,94%
TOTAL	822.619.835,35	100%	755.949.205,64	100%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	0,00	0,00	(11,65)
Despesas de Depósitos a Prazo	(29.454.315,00)	(51.820.303,13)	(17.049.207,14)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(3.176.006,20)	(4.665.103,69)	(921.714,93)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(1.973.581,40)	(3.957.184,30)	(2.381.258,96)
TOTAL	(34.603.902,60)	(60.442.591,12)	(20.352.192,68)

14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	48.374.883,54	4.556.309,16	22.500.897,73	206.285,46
TOTAL	48.374.883,54	4.556.309,16	22.500.897,73	206.285,46

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 4 - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

15. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Banco Sicoob	66.534.657,62	67.881.212,99	36.836.977,19	61.580.805,73
TOTAL	66.534.657,62	67.881.212,99	36.836.977,19	61.580.805,73

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Repasses do País - Instituições Oficiais	0,00	0,00	72.019,43	0,00
TOTAL	0,00	0,00	72.019,43	0,00

c) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(4.518.749,17)	(4.518.749,17)	(2.520.910,43)
Outras Instituições	0,00	(3.762.281,08)	(1.370.635,68)
TOTAL	(4.518.749,17)	(8.281.030,25)	(3.891.546,11)

16. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	6.191.823,22	0,00	3.685.227,25	0,00
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (b)	128.315,91	0,00	123.570,83	0,00
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (c)	435.144,84	0,00	443.311,27	0,00
TOTAL	6.755.283,97	0,00	4.252.109,35	0,00

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos (R\$ 6.191.823,22);

(b) Em Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos registrados os valores a repassar relativos a fornecedores (128.315,91)

(c) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 424.967,15); e outros (R\$ 10.177,69).

17. Provisões

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	2.222.639,98	919.694,18	1.466.694,06	608.453,17
Provisão Para Contingências (b)	0,00	1.100.244,72	0,00	64.709,87
TOTAL	2.222.639,98	2.019.938,90	1.466.694,06	673.163,04

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa era responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Coobrigações Prestadas	105.227.748,14	59.830.919,23
TOTAL	105.227.748,14	59.830.919,23

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS FOLHA	71.504,25	71.504,25	0,00	0,00
COFINS	255.367,59	255.367,59	64.709,87	64.709,87
Outras Contingências	773.372,88	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.100.244,72	326.871,84	64.709,87	64.709,87

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB SECOVICRED, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 797.479,10. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	43.245,56	0,00	36.566,21	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	991.177,76	0,00	824.767,07	0,00
Outros	1.328.230,18	0,00	334.141,05	0,00
TOTAL	2.362.653,50	0,00	1.195.474,33	0,00

19. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Transações	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	10.040.237,21	0,00	4.473.427,99	0,00
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	508.133,06	0,00	434.793,83	0,00
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	3.915.885,04	0,00	3.666.310,57	0,00
Credores Diversos - País (d)	8.607.511,39	0,00	4.355.682,09	0,00
TOTAL	23.071.766,70	0,00	12.930.214,48	0,00

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cotas de Capital a Pagar (a.1)	1.440.773,49	0,00	941.038,70	0,00
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.2)	8.599.463,72	0,00	3.532.389,29	0,00
TOTAL	10.040.237,21	0,00	4.473.427,99	0,00

(a.1) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.2) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registrados Despesas de Pessoal (R\$ 2.546.081,36); outras despesas Administrativas (R\$1.285.682,38); e outros Pagamentos (R\$ 84.121,30);

(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar Banco Sicoob (R\$ 290.688,26); Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$ 515.003,31); Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R\$ 50.862,06); e outros (R\$ 7.750.957,76).

20. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	193.827.106,50	171.881.328,96
Associados	19.745	18.691

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 31/03/2022, item 5, em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 7.706.712,57 foi incorporado ao capital social.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	Percentual	31/12/2022	31/12/2021
Sobra líquida do exercício		48.025.629,51	35.323.892,82
(-) Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES		(3.643.253,46)	0,00
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários		3.349.351,82	0,00
Sobra líquida, base de cálculo das destinações		47.731.727,87	35.323.892,82
(-) Destinação para o Fundo de Reserva	50%	(23.865.863,94)	(17.661.946,41)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos	10%	(4.773.172,79)	(3.532.389,28)
(-) Fundo para Aumento de Capital	20%	(9.546.345,57)	(7.064.778,56)
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários		0,00	641.934,01
Sobra à disposição da Assembleia Geral		9.546.345,57	7.706.712,58

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 - Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

e) Cessão de Perdas Acumuladas de Cooperativa Incorporada

Em 01/04/2020, conforme citado na nota 1.1, houve processo de incorporação, ficando o saldo de perdas demonstrado conforme abaixo:

Histórico	Valor
Perdas Acumuladas 31/12/19 - Sicoob CrediSGPA	(38.965.557,69)
Sobras acumuladas até 01/04/2020	3.233.616,74
Total Sobras/Perdas Acumuladas (Saldo migrados 01/04/2020)	(35.731.940,95)
Sobras acumuladas 2020 (ajustes feitos na incorporadora - 01/04/2020)	(236.474,47)
Pagamento de sobras - 2020	(33.050,09)
Pagamento de perdas - 2020	238.102,70
Baixa provisão IRPJ/CSLL (2015 período prescrito)	464.263,75

Saldo de Perdas antes recurso FGCOOP	(35.299.099,06)
Perdas não cobertas pelo FGCOOP (Registro PL)	(6.299.099,06)
Baixa provisão IRPJ/CSLL (2016 período prescrito)	655.643,49
Devolução para FGCOOP de perdas já quitadas	(153.124,69)
Pagto Perda com JCP_Sobras/2021, espontâneos 05/2021-04/2022	685.440,89
Pagto Perda com JCP/2022, espontâneos 05/2022-11/2022	402.672,38
6.1.7.10.00.0003-2 - Sobras/Perdas Exerc. Encerrado	(4.708.466,99)
Cessão de Crédito - FGCOOP (a)	(29.000.000,00)
Pagto Perda com JCP_Sobras/2020, espontâneos 04/2020-04/2021	2.355.035,75
Pagto Perda com JCP_Sobras/2021, espontâneos 05/2021-04/2022	6.746.422,05
Pagto Perda com JCP/2022, espontâneos 05/2022-11/2022	4.231.702,05
Saldo Perdas em aberto FGCOOP	(15.666.840,15)
Perdas Retidas a receber saldo em 31/12/2022	(20.375.307,14)

(a) Em 18 de dezembro de 2020 foi firmado contrato de Cessão de Créditos de perdas a ratear entre os associados das cooperativas incorporadas com o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCOOP, com finalidade de prestar suporte financeiro a cooperativa incorporadora, ficando esta responsável por controlar a perdas individualizadas e por repassar as futuras sobras e juros sobre capital dos exercícios 2021 a 2030 ao FGCOOP, tendo como interveniente garantidora a Central das Cooperativas de Crédito de Goiás, Distrito Federal e Tocantins Ltda. - Sicoob Nova Central.

Desta forma foi repassado para cooperativa em dezembro de 2020 o montante de R\$ 29.000.000,00 (Vinte nove milhões de reais). A referida cessão de créditos, abatida diretamente da rubrica de perdas acumuladas no patrimônio líquido, se deu em caráter irrevogável e irretroatável.

Conforme termos contratuais o Sicoob Central Goiás, na qualidade de interveniente do contrato, ao final do referido período de 10 anos se torna obrigada a recomprar do FGCOOP os créditos que porventura ainda não estiverem recuperados. Não há qualquer obrigação contratual entre a cooperativa e a Central em decorrência deste contrato de cessão de perdas a ratear.

Após assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, e após destinação das sobras do exercício de 2021, foi repassado ao FGCOOP os seguintes montantes das perdas recuperadas, em 05/05/2022 de R\$ 6.746.422,05, bem como atualização do saldo devedor sendo o montante de R\$ 2.035.284,60.

Está constituído no passivo, outras obrigações o montante de R\$ 6.039.408,31 (seis milhões trinta e nove mil, quatrocentos e oito reais e trinta e um centavos, trezentos e setenta e oito reais e trinta e nove centavos), clas-

sificados na conta Fundo garantidor de valores, trata-se de saldo de perdas recuperadas das incorporadas de cooperados desligados no decorrer do exercício de 2022, juntamente com a atualização de saldo junto ao FGCOOP, conforme demonstrado abaixo:

Histórico	Valor
Devoluções de capital para formação do Fundo Garantidor de Valores	4.231.702,05
Atualização paga 05/2022 a 12/2022 (prevista no Contrato junto ao FGCOOP para Cobertura de Perdas da Incorporada Sicoob CrediSGPA)	1.807.706,26
Total	6.039.408,31

A contribuição adicional, a título de atualização contratual sobre saldo devedor (perdas retidas), oriundo recurso obtido da assistência financeira reconhecidos até 31/12/2022, conforme abaixo:

Atualizações sobre o saldo devedor Contrato FGCOOP	
2020	158.650,52
2021	1.091.147,56
2022	2.751.888,78
TOTAL	4.001.686,86

Após deliberação da Assembleia Geral Ordinária sobre as destinações das sobras do ano de 2022, será apurado os valores discriminados dos cooperados das incorporadas, juntamente com os juros ao capital próprio já creditado em conta capital para repasse ao FGCOOP, conforme previsto no contrato de cessão de créditos.

f) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado em percentual limitado a 100% da taxa referencial Selic para o exercício de 2022, no montante de R\$ 21.608.243,34. Os critérios para o pagamento obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

21. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

22. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	878.891,07	1.600.649,91	1.212.922,04
Rendas de Empréstimos	60.781.374,97	108.993.080,37	60.012.072,52
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	11.774.057,58	19.259.450,16	7.979.263,47
Rendas de Financiamentos	2.499.527,28	4.710.732,53	2.118.888,80
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	3.611.701,16	6.502.810,12	3.389.956,42
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	1.144.254,25	2.381.916,39	2.171.466,13
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	1.198.526,27	2.420.587,11	1.825.705,76
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	1.179.576,44	1.939.866,41	92.570,32
Rendas de Créditos Por Avais E Fianças Honrados	42.760,00	42.760,00	1.125.280,17
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	6.472.990,95	10.058.291,44	11.713.564,95
TOTAL	89.583.659,97	157.910.144,44	91.641.690,58

23. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas De Captação	(34.603.902,60)	(60.442.591,12)	(20.352.192,68)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(4.518.749,17)	(8.281.030,25)	(3.891.546,11)

Reversões de Provisões para Operações de Crédito	10.698.376,68	20.175.948,24	25.513.791,97
Reversões de Provisões para Outros Créditos	248.862,26	345.275,60	185.461,51
Provisões para Operações de Crédito	(29.244.359,32)	(49.016.325,11)	(42.651.048,68)
Provisões para Outros Créditos	(4.232.921,92)	(6.185.570,25)	(2.816.429,68)
TOTAL	(61.652.694,07)	(103.404.292,89)	(44.011.963,67)

24. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Cobrança	4.503.664,05	9.125.752,81	9.719.284,91
Rendas de Convênios	232.875,30	469.954,15	477.950,20
Rendas de Comissão	2.577.134,20	4.963.109,91	5.043.339,12
Rendas de Cartões	1.048.108,68	1.956.314,95	1.907.064,94
Rendas de Outros Serviços	393.062,76	817.782,81	644.699,92
TOTAL	8.754.844,99	17.332.914,63	17.792.339,09

25. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	418.352,00	836.482,00	826.937,50
Rendas de Serviços Prioritários - PF	290.496,27	611.555,30	714.162,98
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	17.610,56	32.871,28	35.219,65
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	2.893.287,87	5.827.819,82	6.101.623,93
TOTAL	3.619.746,70	7.308.728,40	7.677.944,06

26. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(218.341,40)	(399.827,92)	(323.917,76)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.418.325,90)	(2.772.446,03)	(2.130.529,17)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.627.842,28)	(3.161.865,45)	(3.180.016,48)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.608.776,65)	(4.997.055,71)	(4.556.371,49)
Despesas de Pessoal - Proventos	(6.924.565,67)	(12.830.501,71)	(12.313.808,52)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(8.742,05)	(22.543,57)	(87.398,71)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(37.698,30)	(70.689,90)	(55.978,45)
TOTAL	(12.844.292,25)	(24.254.930,29)	(22.648.020,58)

27. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(278.694,83)	(627.844,68)	(599.517,69)
Despesas de Aluguéis	(1.051.426,23)	(1.946.546,45)	(1.706.590,33)
Despesas de Comunicações	(353.914,06)	(781.843,76)	(796.211,31)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(251.227,66)	(552.251,98)	(401.410,87)
Despesas de Material	(118.475,78)	(229.503,64)	(189.241,58)
Despesas de Processamento de Dados	(1.026.831,33)	(2.075.843,29)	(2.028.021,25)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(276.898,77)	(473.749,29)	(608.970,35)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(44.748,00)	(53.458,00)	(5.560,00)
Despesas de Publicações	(480,70)	(1.049,50)	(16.325,40)
Despesas de Seguros	(118.343,77)	(242.288,52)	(239.081,03)

Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(2.730.117,18)	(5.230.098,27)	(5.723.603,51)
Despesas de Serviços de Terceiros	(1.055.640,67)	(1.979.549,29)	(1.912.867,42)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(628.794,02)	(1.254.680,00)	(1.284.987,09)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(2.494.491,55)	(4.523.312,45)	(3.985.795,29)
Despesas de Transporte	(468.281,54)	(954.963,68)	(1.274.685,70)
Despesas de Viagem ao Exterior	(16.050,71)	(32.864,04)	(166,00)
Despesas de Viagem no País	(34.214,31)	(36.559,31)	(9.013,64)
Despesas de Amortização	(43.250,77)	(88.692,22)	(87.584,75)
Despesas de Depreciação	(674.371,49)	(1.163.512,02)	(1.097.997,11)
Outras Despesas Administrativas	(2.791.006,09)	(4.765.597,78)	(3.877.594,42)
TOTAL	(14.457.259,46)	(27.014.208,17)	(25.845.224,74)

28. Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Tributárias	(213.167,96)	(350.191,52)	(381.605,80)
Disp. Impostos s/ Serviços - ISS	(195.516,83)	(379.040,01)	(411.893,59)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(51.017,61)	(199.260,87)	(334.894,74)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(37.759,78)	(61.932,51)	(54.420,40)
TOTAL	(497.462,18)	(990.424,91)	(1.182.814,53)

29. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	241.800,17	243.036,09	208.359,53
Dividendos	0,00	495.632,16	120.171,62
Distribuição de sobras da central	0,00	1.156.008,42	1.514.915,42
Rendas de Repasses Interfinanceiros	181.146,53	270.248,04	99.204,02
Outras rendas operacionais	6.252,75	10.078,63	140.619,89
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	2.949.119,77	5.441.345,22	4.039.623,33
Juros ao Capital Recebidos da Central	3.766.957,07	3.766.957,07	1.218.494,45
TOTAL	7.145.276,29	11.383.305,63	7.341.388,26

30. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(415,75)	(3.107,81)	(24.623,33)
Outras Despesas Operacionais	(272.569,57)	(540.253,89)	(2.178.268,44)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(303.167,16)	(602.088,18)	(574.283,32)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(109.136,39)	(445.455,12)	(271.947,61)
Perdas - Fraudes Externas	(9.997,98)	(9.997,98)	0,00
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	0,00	0,00	(6.243,61)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(16.632,88)	(16.632,88)	0,00
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(2.474.373,47)	(3.349.351,82)	(641.934,01)
TOTAL	(3.186.293,20)	(4.966.887,68)	(3.697.300,32)

31. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Provisões/Reversões para Contingências	(773.372,88)	(773.372,88)	348.898,73
Provisões para Contingências	(773.372,88)	(773.372,88)	0,00

Reversões de Provisões para Contingências	0,00	0,00	348.898,73
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(442.769,93)	(1.067.186,93)	(174.824,29)
Provisões para Garantias Prestadas	(2.223.145,27)	(3.873.739,72)	(2.257.733,81)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	1.780.375,34	2.806.552,79	2.082.909,52
TOTAL	(1.216.142,81)	(1.840.559,81)	174.074,44

32. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	48.037,50	1.969.258,65	128.665,78
Ganhos de Capital	529.359,89	617.771,28	160.072,76
Reversão de Outras Provisões Não Operacionais	0,00	0,00	4.534.213,38
Outras Rendas Não Operacionais	1.015.864,85	1.500.741,08	575.676,95
(-) Prejuízos em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	(239.346,13)	(508.574,76)	(84.060,00)
(-) Prejuízos em Transações com Outros Valores De Bens	0,00	0,00	(10.000,00)
(-) Perdas de Capital	(121.892,60)	(303.928,77)	(646.321,40)
(-) Despesas de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	0,00	0,00	(5.027.080,79)
TOTAL	1.232.023,51	3.275.267,48	(368.833,32)

33. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

34. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

34.1 Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2022:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. - Vínculo de Grupo Econômico	40.160.100,69	2,6994%	627.336,20
P.R. - Sem vínculo de Grupo Econômico	482.115,70	0,0324%	1.726,93
TOTAL	40.642.216,39	2,7318%	629.063,13
Montante das Operações Passivas	14.996.481,24	1,9158%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2022	
Empréstimos e Financiamentos	0,0909%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	3,1569%
Crédito Rural (modalidades)	0,1389%
Aplicações Financeiras	1,9158%

b) Operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2022:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	34.507,81	3.348,72	0,6285%
Conta Garantida	1.145.728,80	112.695,89	7,3600%
Financiamentos Rurais	2.633.650,65	13.168,26	1,4277%
Empréstimos	5.343.654,33	304.499,01	0,8979%
Financiamentos	126.016,56	1.456,71	0,4349%
Direitos Creditórios Descontados	8.779.482,87	154.938,71	8,3354%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	3.003.641,44	1,0618%	0%
Depósitos a Prazo	13.126.128,86	2,6827%	1,1095%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	171.882,13	0,3247%	1,1503%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural - RPL, crédito rural - repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Direitos Creditórios Descontados	1,7848%	2,17
Empréstimos	0,5415%	54,49
Financiamentos	1,7033%	40,60
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	95,2436%	163,89
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	1,1570%	6,07

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	1.059.795,45
Crédito Rural	5.104.547,17
Direitos Creditórios Descontados	8.442.661,56
Empréstimos	78.095.219,23
Financiamentos	347.205,33

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de Outras Coobrigações	1.666.357,60	1.585.847,34

f) Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
INSS Diretoria/Conselheiros	(325.678,80)	(632.800,15)	(491.680,67)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.418.325,90)	(2.772.446,03)	(2.130.529,17)
Plano de Saúde	(4.648,13)	(4.648,13)	0,00

g) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

31/12/2022	31/12/2021
3.853.762,48	5.932.591,47

34.2 Cooperativa Central

O SICOOB SECOVICRED, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB NOVA CENTRAL, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB NOVA CENTRAL, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB NOVA CENTRAL a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB SECOVICRED responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB NOVA CENTRAL perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB NOVA CENTRAL:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	222.342.408,32	267.358.871,45
Ativo - Investimentos	0,00	29.574.072,92
Total das Operações Ativas	222.342.408,32	296.932.944,37

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB NOVA CENTRAL:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	16.389.742,80	30.275.315,20	14.639.556,40
Total das Receitas	16.389.742,80	30.275.315,20	14.639.556,40
Rateio de Despesas da Central	(1.395.024,34)	(2.478.950,61)	(1.989.837,55)
Total das Despesas	(1.395.024,34)	(2.478.950,61)	(1.989.837,55)

35. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR)	211.823.227,49	176.629.520,41
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	930.475.458,70	739.798.381,00
Índice de Basileia (mínimo 11%) %	22,77	23,88
Imobilizado para cálculo do limite	13.437.857,85	7.005.572,31
Índice de imobilização (limite 50%) %	6,34	3,97

36. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição Previdência Privada	(38.865,15)	(70.357,20)	(47.791,81)
TOTAL	(38.865,15)	(70.357,20)	(47.791,81)

37. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

37.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

37.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

37.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;

b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado;

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

37.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite

por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

- a.1) limite mínimo de liquidez;
- a.2) fluxo de caixa projetado;
- a.3) aplicação de cenários de estresse;
- a.4) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

37.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

37.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

37.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

38. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

39. Plano Para a Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros”.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implemen-

tação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, durante o exercício de 2022.

a) Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Fase 1 - Avaliação (2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

Fase 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

Fase 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Fase 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região Metropolitana de Goiânia Ltda. SICOOB SECOVICRED, no cumprimento das atribuições que lhe são conferidas no Estatuto Social, após examinar as peças que compõem o balanço findo em 31 de dezembro de 2022, o Parecer de Auditoria sobre as demonstrações Contábeis (PWC - PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda) e considerando as avaliações periódicas deste órgão de fiscalização, considera que os números do balanço representam adequadamente a real situação econômico-financeira da cooperativa.

Isto posto, o Conselho Fiscal manifesta opinião favorável pela aprovação do balanço.

Goiânia-GO, 17 de março de 2023.

Antônio Gomes da Silva Filho
Diretor Superintendente

Lorena Teixeira Rezende Dias
Gerente Contábil - CRC-GO 16.895/O-6

Paulo Oliveira Lima
Coordenador do Conselho Fiscal

João Claudio de Araújo
Conselheiro Conselho Fiscal



Paulo Roberto de Souza
Conselheiro Conselho Fiscal

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Administradores e Quotistas
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da
Região Metropolitana de Goiânia Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa e Crédito de Livre Admissão da Região Metropolitana de Goiânia Ltda. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região Metropolitana e Goiânia Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na

auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício e semestre anteriores

O exame das demonstrações financeiras do semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 8 de março de 2022, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente e causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de

fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Brasília, 18 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Carlos Augusto da Silva
Assinado por: CARLOS AUGUSTO DA SILVA:50722581653
CPF: 50722581653
Data/Hora da Assinatura: 18 March 2023 | 13:58 BRT
ICP Brasil
Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

AÇÕES SUSTENTÁVEIS



Matheus Mendes e sua professora Taís Lília de Souza
Premiado no Concurso Cultural Cooperar para Transformar
Escola Ministério Filantrópico Terra Fértil.

APOIO/INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA LOCAL

Evidenciando o compromisso da Sicoob Secoviced com a transformação social das comunidades onde atua, na Assembleia Geral Ordinária 2022, realizada no dia 31 de março, os cooperados aprovaram a doação de R\$ 180.000,00, ao Ministério Filantrópico Terra Fértil, para o custeio de parte de suas reformas e manutenção. Ao longo dos anos, a Sicoob Secoviced tem apoiado firmemente as iniciativas socioeducativas dessa entidade filantrópica, contribuindo determinantemente para melhorar e ampliar o atendimento prestado à comunidade. A Sicoob Secoviced

está presente no apoio financeiro para o custeio da mão de obra, materiais de construção para reformas, revitalizações e ampliações, entre outras melhorias que representam mais conforto e segurança para colaboradores e alunos da entidade, além de participar ativamente em campanhas voluntárias de arrecadação de fundos. Nas unidades repaginadas com o apoio da cooperativa, são inaugurados pontos da Sicoob Secoviced Kids, iniciativa que tem como objetivo difundir e fortalecer os princípios e valores do cooperativismo junto ao público infanto-juvenil por meio da educação.



TERRA FÉRTIL

Criado em 1992, o Ministério Filantrópico Terra Fértil presta serviços na área de prevenção, desintoxicação e ressocialização dos chamados “meninos de rua” (vítimas de maus tratos, violências e drogadição), acompanha crianças e adolescentes com Medida Protetiva de Acolhimento Institucional e adolescentes em conflito com

a lei sob Medida Socioeducativa em meio aberto. A instituição mantém 22 unidades de atendimento, atende centenas de crianças e adolescentes e ainda oferece à comunidade espaço de Congregação, local de organização político-social, defesa de direitos, intercâmbio, cultural, educacional, religiosa e econômica às famílias.

COOPERATIVISMO

MULHERES DE NEGÓCIOS - BELA VISTA DE GOIÁS

Contribuindo para reforçar o protagonismo feminino no mundo dos negócios, a Sicoob Secoviced apoiou e participou, em outubro, do 1º Encontro Mulheres de Negócios de Bela Vista – GO. A ação teve como meta principal contribuir para o aperfeiçoamento pessoal e profissional da mulher empreendedora do município e região. “Mais uma vez, a Sicoob Secoviced cumpriu o seu papel de fomentar os sonhos de quem produz”, destaca Jefferson Alves Costa, Diretor Operacional da cooperativa. De acordo com a gerente do PA 09, de Bela Vista de Goiás, Lidiane Pires da Cunha, o encontro foi uma ferramenta de estímulo e valorização do trabalho da mulher de negócios no município e região. “A iniciativa evidenciou a força das mulheres que atuam nos mais variados segmentos. Participamos ativamente mostrando as vantagens e benefícios do cooperativismo de crédito praticado pela Sicoob Secoviced”, pontua.



MUDANÇAS CLIMÁTICAS

AMBIENTAL – RETIRADA DO LIXO DO RIO MEIA PONTE

Evidenciando, mais uma vez, o compromisso do cooperativismo com a responsabilidade ambiental e a conquista de um futuro melhor para todos, no dia 27 de agosto, a Sicoob Secoviced participou de uma ação de retirada de lixo flutuante no Rio Meia Ponte, em Goiânia, no ponto chamado de “Ilha do lixo”, local de acúmulo natural de resíduos, na divisa dos municípios de Bela Vista e Hidrolândia.

Liderada pela Organização das Cooperativas Brasileiras em Goiás (OCB/GO) e Prefeitura de Bela Vista, com o apoio da Fazenda Boa Esperança, Equipe Navegar Pela Vida, Bombeiros Mirins de Bela Vista de Goiás, Escoteiros de Goiás, cooperativa Cooperbela e patrocínio do Sicoob Goiás Central, Sicoob Secoviced, Coapil, Cresol e Uniodonto, a iniciativa integrou o Dia de Cooperar, popularmente conhecido

como Dia C, movimento nacional de estímulo à responsabilidade socioambiental nas cooperativas brasileiras, que este ano traz o tema “Cooperar é da nossa natureza”. “A edição 2022 do Dia C reforçou ainda mais o nosso compromisso com o desenvolvimento local sustentável e a preservação do meio ambiente”, avalia o presidente da Sicoob Secoviced, Marcelo Baiocchi Carneiro.

A ação resultou na retirada de aproximadamente 2 toneladas de lixo, destinadas à cooperativa de reciclagem Cooperbela, contribuindo para a despoluição do Rio Meia Ponte, um dos mais importantes de Goiás, pois, em sua bacia hidrográfica vive aproximadamente 50% da população do estado, além de ser a principal fornecedora de água para a Região Metropolitana de Goiânia.



IMPACTO ECONÔMICO LOCAL

FESTA, RELIGIOSIDADE E FÉ - SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO

Apoiando integralmente as manifestações culturais e religiosas de nossa gente, no período de 4 a 29 de setembro, a Sicoob Secoviced esteve presente, com estande para receber os cooperados e patrocínio de brindes, na

Arcanjo, no município de São Miguel do Passa Quatro, na região da estrada de ferro. O evento foi composto por demonstrações de devoção e fé, com procissão e missas, além de momentos festivos, com leilão, forró, shows musicais e barraquinhas.



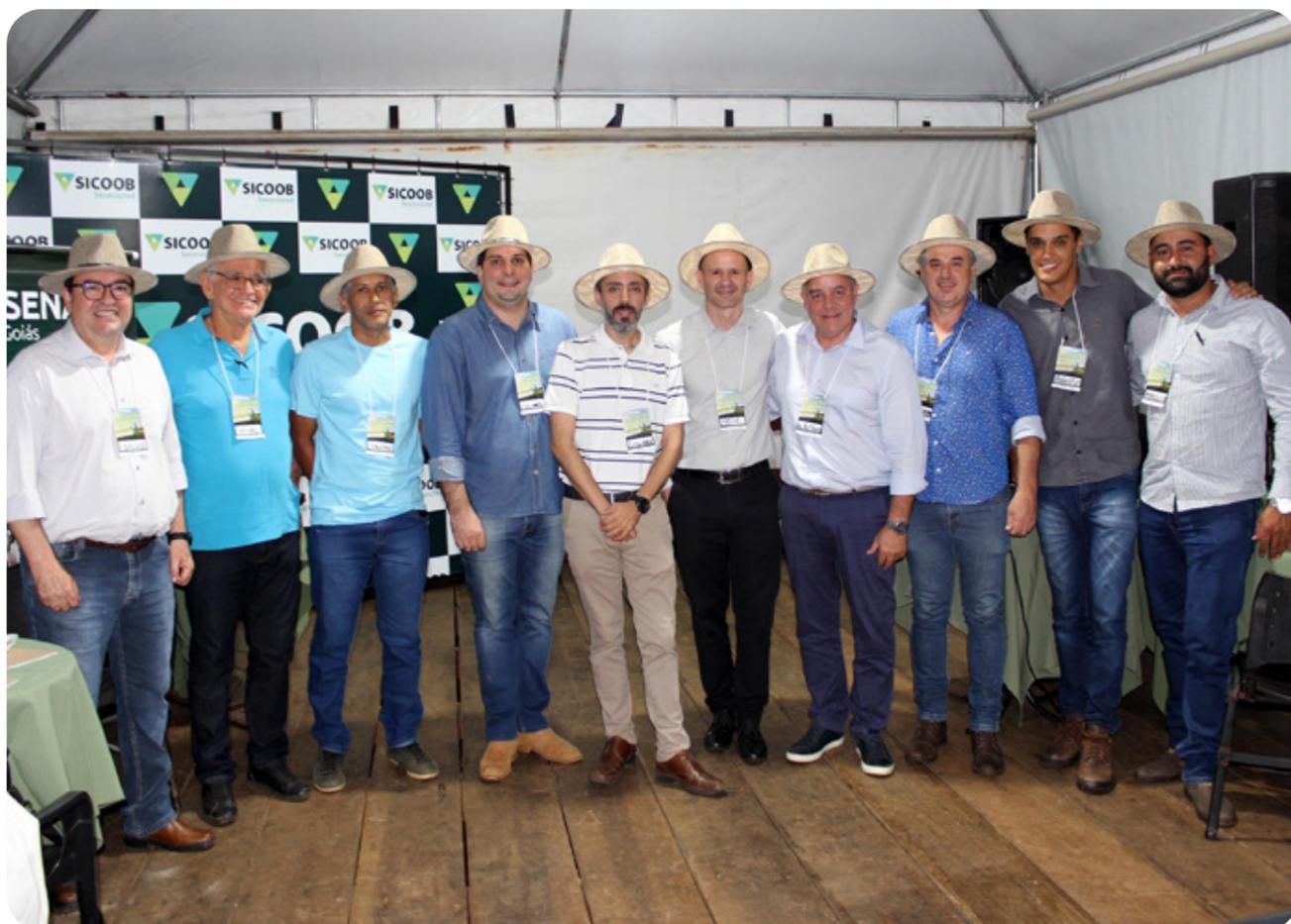
ENCONTRO TÉCNICO RURAL – VIANÓPOLIS- GO

Em mais uma ação para atender os vários segmentos do agronegócio e contribuir para levar tecnologia ao campo, a Sicoob Secoviced promoveu, no dia 12 de abril de 2022, no Por do Sol Restaurante, município de Vianópolis (GO), o Encontro Técnico Rural. A iniciativa teve como foco principal o produtor de grãos e contou com o irrestrito apoio da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural em Goiás (SENAR - Goiás), Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (IFAG), e Sindicato Rural daquele município.

Além de conhecerem a história, os pujantes

números da Sicoob Secoviced, as soluções de crédito, vantagens e benefícios que a cooperativa destina ao agronegócio, os convidados tiveram acesso a duas palestras ministradas por conceituados profissionais com longa e reconhecida atuação no agronegócio, e distribuição de brindes.

A primeira palestra teve como tema 'Alternativas para Fertilização do Solo', ministrada pelo Engenheiro Agrônomo e Técnico de Campo do SENAR-GO Augusto Sousa Batista. O Engenheiro Agrônomo e Consultor Técnico do SENAR - GO Leonardo Machado deu sequência ao encontro falando sobre 'Expectativa do Mercado de Grãos'.



ENCONTRO TÉCNICO RURAL – VARJÃO- GO

Dia 31/05/2022, aconteceu mais uma rodada do Encontro Técnico Rural em Varjão-GO, na Cooperativa Mista Agro Pastoral. O Dia de Campo organizado pelo Sicoob Secoviced para seus associados, em parceria com o Sistema Faeg/Senar para promover o conhecimento e a intercooperação.

O Diretor Superintendente Antônio Gomes fez a abertura do Dia de Campo, anunciando o objetivo da Secoviced: que é de aproximar os agropecuaristas à cooperativa. Participaram também o Diretor Operacional, Edmar Ferreira Perilo, o gerente de Crédito Rural, Matheus Mendonça, a gerente da agência de Varjão, Alessandra Cristina Gonçalves de Oliveira Prado,

da presidente da Coval, Edmilia Arantes, do coordenador do Senar, Rafael Antônio Rosa e cerca de 100 associados.

O Encontro Técnico promoveu palestras sobre as principais tendências do mercado leiteiro, proferida pelo Médico Veterinário do Senar, João Batista de Paula Neto, com os temas Alternativas para alimentação do rebanho leiteiro e Perspectivas do mercado de leite.

Para encerrar o evento o Superintendente Silvio Romero, do Sicoob Secoviced, reforçou que a cooperativa está pronta para atender as demandas dos seus associados, fomentando os seus negócios e a prosperidade da região.



SICOOB SECOVICRED EM EVENTOS DE BELA VISTA E CRISTIANÓPOLIS

Sempre buscando o melhor caminho para apoiar o agronegócio e contribuir com o desenvolvimento agropecuário goiano, a Sicoob Secovicred esteve presente, com stands e soluções vantajosas, na 31ª ExpoAgro de Bela Vista de Goiás e na 9ª edição do Rodeio Show de Cristianópolis.

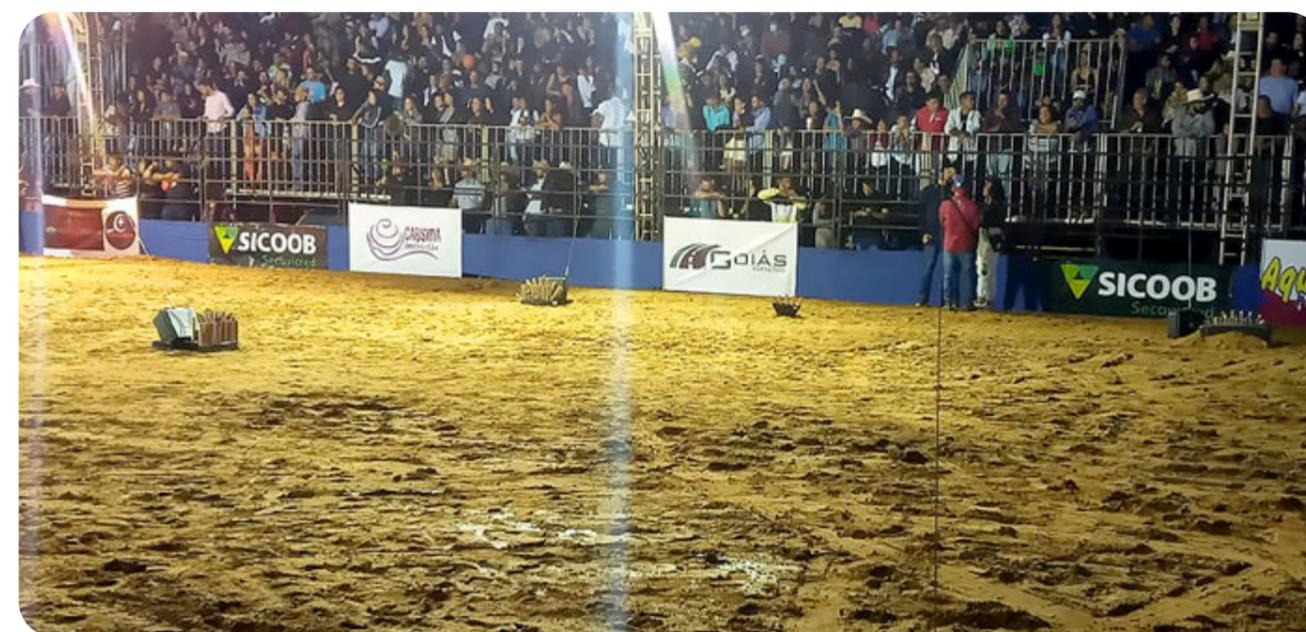
A 31ª ExpoAgro de Bela Vista de Goiás agitou a cidade na Região Metropolitana de Goiânia, no período de 1 a 5 de junho de 2022, e integrou as comemorações do 126º aniversário da cidade.



RODEIO SHOW DE VIANÓPOLIS

Apoiando sempre o produtor rural e buscando estar cada vez mais próxima dos cooperados, nos dias 18 e 21 de agosto de 2022, a Sicoob Secovicred esteve presente, com estande e oportunidades de bons negócios, na sétima edição do Rodeio Show de Vianópolis, no Parque de Exposições do município.

O evento fez parte da comemoração do aniversário da cidade, que completou 74 anos, e contou com várias atrações como montarias em touros, apresentações de arena, cavalgada, além de shows com nomes consagrados da música sertaneja.



PRAÇA DO COOPERATIVISMO

LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL

No dia 13 de junho de 2022, o Superintendente Comercial da Sicoob Secoviced, Sílvio Romero, representou a cooperativa no Dia Municipal do Cooperativismo, em Bela Vista de Goiás. Na ocasião foi anunciada a Política Municipal do Cooperativismo, empossados os membros do Conselho Municipal do Cooperativismo e inaugurada a Praça do Cooperativismo, idealizada para ser um local de referência

para a celebração dos princípios que norteiam esse modelo de negócios e homenagear as cooperativas que atuam na cidade.

De acordo com a prefeita Nárcia Kelly, até 13 de junho de 2023, o espaço ganhará brinquedos colaborativos e mural de mais de 40 metros, com imagens educativas sobre os segmentos do cooperativismo e ao modelo e filosofia cooperativista.



EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CRIANÇAS

Apoiando continuamente a educação financeira para comunicar, em março de 2022, o Sicoob Secoviced foi até o instituto filantrópico Terra Fértil, levar para os alunos que estudam na instituição, uma palestra de educação financeira, vídeos educativos e dinâmicas para envolver as crianças neste tema tão relevante.

Ainda, foram entregues mini-cofres à todas as crianças, para que possam começar a juntar moedas e ter noções iniciais acerca de economia e finanças.



EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA PROFESSORES:

Também em março de 2022, o Sicoob Secovicred, convidou todos os professores, orientadores e disciplinadores do Instituto Filantrópico Terra Fértil, para promover uma palestra e roda de conversa acerca de educação financeira.



EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CRIANÇAS EM BELA VISTA DE GOIÁS

Em junho de 2022, o Sicoob Secovicred foi até a cidade de Bela Vista de Goiás, na escola Municipal Nicanor Gomes Pereira, localizada na zona rural, realizar uma palestra de educação financeira para as crianças que estudam na instituição, levamos kits de educação financeira,

livros educativos, cofrinhos personalizados, para que as crianças conseguissem absorver a importância do assunto e entender de forma dinâmica e didática sobre tal.

Ainda, foram entregues a todas as crianças, kit com lanche para tomarem café da manhã.



EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CRIANÇAS DA TERRA FÉRTIL

Em julho de 2022, fomos até o instituto filantrópico Terra Fértil, realizar mais uma ação de educação financeira para as crianças, foi realizado uma palestra, dinâmicas educativas, entregue kits de educação financeira, livros educativos e cofrinhos para instigar a economia nas crianças.

Levamos uma colaboradora voluntária para participar da ação.



DIA C GOIÁS NO JARDIM BOTÂNICO

No dia 2 de julho de 2022, a Sicoob Secoviced esteve presente com estande no Dia de Cooperar - Dia C Goiás 2022, evento organizado pelo Sistema OCB/GO no Jardim Botânico Amália Hermano Teixeira, em Goiânia. O tema da edição 2022 do evento foi "Cooperar é da nossa natureza".

Mais de 20 cooperativas montaram estandes no espaço e promoveram ações educativas e de lazer para adultos e crianças. Na festa do voluntariado cooperativista, a equipe da Sicoob Secoviced desenvolveu ação de educação financeira direcionada ao público infantil, com a distribuição de kits contendo livro educativo, cofrinhos, bloco de notas e caneta personalizados.



NOVA UNIDADE

PARQUE SGPA

Um delicioso churrasco, show ao vivo com o cantor, compositor e violeiro Almir Pessoa, muita alegria, amizade e animação marcaram a inauguração da nova estrutura da Unidade Parque SGPA da Sicoob Secovicred. Com a presença de cooperados, integrantes da diretoria, conselhos e colaboradores, a nova conquista da cooperativa foi festejada no dia 13 de agosto de 2022 e integrou as ações e estratégias da Sicoob Secovicred para estar cada vez mais próxima e presente no cotidiano dos cooperados.

Em seu discurso de boas-vindas aos convidados, o presidente da Sicoob Secovicred, Marcelo Baiocchi Carneiro, agradeceu e enalteceu a parceria com a Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura (SGPA) e comemorou o aumento das operações no agronegócio. “Essa é mais uma ação da Sicoob Secovicred para retribuir ao agronegócio o que ele tem proporcionado à nossa cooperativa”, enfatizou.

Dando sequência à solenidade, o Pastor Liberato Silveira da Cruz levou a palavra de Deus aos presentes e abençoou mais essa conquista Sicoob Secovicred.

Representando o agronegócio no descerramento da fita inaugural, o presidente SGPA, Eurico Velasco, elogiou a iniciativa e agradeceu a parceria com a Sicoob Secovicred. “É um trabalho conjunto sem data para terminar”, garantiu.

A placa de inauguração foi descerrada pelo presidente Marcelo Baiocchi Carneiro, o vice-presidente Ioav Blanche, diretores e conselheiros da cooperativa. A nova unidade conta com 240 m² de área construída, garantindo mais conforto, segurança, maior produtividade à equipe de colaboradores e um atendimento ainda melhor aos cooperados.



SICOOB SECOVICRED NO DIA DO SÍNDICO

A Sicoob Secovicred é presença constante no cotidiano dos síndicos e administradores de condomínio, contribuindo para a boa gestão condominial com produtos e serviços de qualidade, atendimento personalizado, taxas e tarifas atraentes.

Para celebrar o Dia do Síndico, comemorado dia 30 de novembro de 2022, a Sicoob Secovicred foi uma das patrocinadoras e apoiadoras da comemoração à data e ao aniversário de 15 anos do Parque Flamboyant, realizada no dia 26 de novembro, pelo Sindicato dos condomínios e imobiliárias (SecoviGoiás) e Associação dos Moradores do Entorno do Parque Flamboyant (AMEPARK).

No período matutino, no Palácio dos Colibris, sede do Creci de Goiás, foi realizado café da manhã, Sessão Solene da Câmara Municipal de Goiânia, homenagem a síndicos, exposição de produtos e serviços para condomínios, parabéns e corte do bolo de aniversário.

No período vespertino a programação do 15º aniversário do Parque Flamboyant teve continuidade na academia Flampark Crossfit, com campeonato de calistenia, com premiações por categoria e participação de atletas de Goiás, São Paulo e do Distrito Federal.



CULTURA

O MELHOR DA CIDADE 2022

Reafirmando o compromisso com as manifestações culturais e de lazer de nosso estado, a Sicoob Secoviced apoiou integralmente o 1º Prêmio Curta Mais - O Melhor da Cidade 2022, Oscar da gastronomia da capital goiana, que revelou, no dia 23 de novembro, os vencedores de 52 categorias entre restaurantes, comidinhas, barzinhos e personalidades da gastronomia, eventos e turismo. A cerimônia aconteceu no Restaurante Cora, no terraço da nova sede da Assembleia Legislativa de Goiás.



DIA D

DIA DIFERENTE

O objetivo do evento é estreitar os relacionamentos dos quase 235 colaboradores, que ficam lotados entre os 13 pontos de atendimento e a Unidade Administrativa.

Reunimos para um dia com café da manhã, almoço, gincanas, músicas, sorteio de premiações e muita diversão.

Com isso, promovemos intercooperação e reforçamos uma das principais características da equipe Sicoob Secoviced: a união.



INVESTIMENTO EM CAPACITAÇÃO

Em 2022 investimos em educação e formações dos nossos colaboradores. Em parceria com o SESCOOP promovemos cursos, palestras e programas de treinamentos. Entre eles estão:



Curso de Capacitação de Gestores - Rubens Berredo

Curso voltado para aprimoramento de habilidades de gestão dos líderes da Secoviced, aprimorando as competências de:

- Liderança Estratégica
- Liderança Organizacional
- Auto-gestão e gestão dos outros,
- Base de conhecimento, entre outros.



Programa de Habilidades Interpessoais, Comunicação Eficaz e Liderança – Dale Carnegie

Foco em comunicação centrada nas pessoas, portanto construindo relacionamentos que criam um pipeline sustentável de sucesso, melhorando a habilidade de criar soluções e abordagens junto aos cooperados e as equipes.



Cooperar para Transformar

A premiação Nacional do Concurso Cultural Cooperar para Transformar ocorreu no mês de dezembro em Brasília. São quatro alunos de todos Brasil premiados no concurso. O destaque na categoria desenho, foi Matheus Mendes e sua professora Taís Lilia de Souza

do Ministério Filantrópico Terra Fértil, escola que recebe o apoio e incentivo do Sicoob Secoviced “Com o apoio de sua professora o pequeno Matheus pode expressar no seu desenho, todo o seu conhecimento das práticas cooperativistas aprendidas

e vivenciadas durante as atividade escolares. Incentivar as práticas cooperativistas desde a infância é de extrema importância, pois a criança irá aplicá-las em toda vida” disse Silvio Adorno, superintendente comercial Sicoob Secoviced.



**APERTO?
PARCELOU!**

Parcele sua fatura do Sicoobcard em até

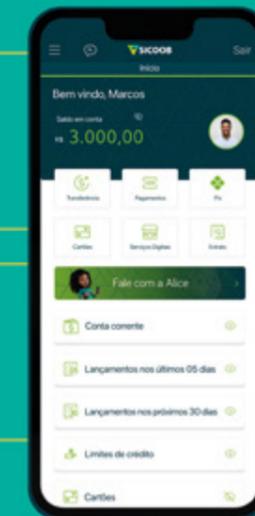
48x



Uma solução simples e prática, com parcelas mínimas de R\$ 30. Aproveite as melhores taxas.



Parcele agora mesmo pelo App Sicoob, na Central de Atendimento ou procure sua cooperativa.



Faça uma simulação

- App Sicoob
- Menu lateral
- Parcelamento de fatura

sicoobcard.com.br



CENTRAL DE ATENDIMENTO
 Capitais e regiões metropolitanas: 4000 1111*
 Demais localidades: 0800 642 0000
 SAC 24 horas: 0800 724 4420
 Ouvidoria: 0800 725 0996 - de seg. a sex., das 8h às 20h | ouvidoriasicoob.com.br
 Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458 - de seg. a sex., das 8h às 20h
 *Caso a localidade não possua o serviço 4000 ou 4007, informe o n° da operadora mais o DDD 61 (0xx61 4000 1111).

Mais que uma escolha financeira.





www.secovicred.com.br

Central de Relacionamento Secovicred

De segunda a sexta-feira
Das 09h às 17h
(62)3416-0000



[/sicoobsecovicred](https://www.instagram.com/sicoobsecovicred)

